

**TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA nº 004/2024-9ªPJ/STM**  
**INQUÉRITO CIVIL SAJ Nº 06.2022.00000101-5**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, através da 9ª Promotoria de Justiça de Direitos Constitucionais, Ações Constitucionais, Defesa da Probidade Administrativa e Fazenda Pública, neste ato denominado **COMPROMITENTE**, e o Sr. **ANTÔNIO MOTA DA COSTA**, neste ato denominado **COMPROMISSÁRIO**, celebram o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA** referente ao objeto da **INQUÉRITO CIVIL SAJ Nº 06.2022.00000101-5**.

**I. DAS CONSIDERAÇÕES**

**CONSIDERANDO** que o Sr. **ANTÔNIO MOTA DA COSTA**, brasileiro, casado, CPF 163.377.002-87, com endereço na Comunidade Cucurunã, s/n, Rodovia Everaldo Martins, próximo ao Supermercado DR, E-mail: antoniomota65.stm@gmail.com, é investigado no **INQUÉRITO CIVIL SAJ Nº 06.2022.00000101-5**;

**CONSIDERANDO** que ficou evidenciado no ICP que o compromissário, tão logo recebeu a informação da instauração da Notícia de Fato em 2017, solicitou o fim do vínculo com o Município de Santarém, em ordem a por fim à acumulação ilegal de cargos;

**CONSIDERANDO** que o compromissário concordou em resolver de modo extrajudicial a demanda, sendo assistido no ato pelo Advogado Dr. Josias Pimentel de Sousa, OAB 357669;

**CONSIDERANDO** que ele concordou em realizar o pagamento de R\$ 1.412,00 (mil quatrocentos e doze reais) em favor do Município de Santarém a título de multa em seis parcelas iguais de R\$ 235,33 (duzentos e trinta e cinco reais e trinta e três centavos);

**CONSIDERANDO** que o CNMP orienta a solução de demandas por meio da via consensual.

**RESOLVEM CELEBRAR O PRESENTE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, com fundamento no art. 5º, §6º, da Lei 7.347/85, nos seguintes termos:

## I. DAS CLÁUSULAS

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – O COMPROMISSÁRIO assume a obrigação de pagar a quantia de R\$ 1.412,00 (mil quatrocentos e doze reais) em favor do Município de Santarém a título de multa em seis parcelas iguais de R\$ 235,33 (duzentos e trinta e cinco reais e trinta e três centavos), da seguinte forma: 1ª Parcela – 10/07/2024; 2ª Parcela – 10/08/2024; 3ª Parcela – 10/09/2024; 4ª Parcela – 10/10/2024; 5ª Parcela – 10/11/2024 e 6ª Parcela – 10/12/2024;

**CLÁUSULA SEGUNDA** – O pagamento de cada parcela creditado em favor do Município de Santarém (CNPJ 05.182.233/0001-76), no Banco Banpará, Agência 003, Conta-Corrente 555.661-9, nome da conta: ressarcimento ao erário municipal, e o comprovante deve ser enviado ao MP (piprobidadestm@mppa.mp.br) em dois dias úteis após o depósito.

**CLÁUSULA TERCEIRA** – Não havendo o pagamento das parcelas haverá o ajuizamento de ação em desfavor do compromissário, com perdimento dos valores já adimplidos em favor de Santarém;

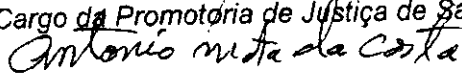
**CLÁUSULA QUARTA** – O presente Termo de Ajustamento de Conduta põe fim ao Inquérito CIVIL, eis que esgota o seu objeto.

E por estarem assim combinados, firmam o presente TAC em duas vias de igual teor, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do art. 5º, §67 da Lei 7.347/85.

Santarém /PA, 11 de junho de 2024.

  
**DIEGO BELCHIOR FERREIRA SANTANA**  
Promotor de Justiça

Titular do 9º Cargo da Promotoria de Justiça de Santarém/PA.

  
**ANTÔNIO MOTA DA COSTA**

**Acordante**

  
**Dr. JOSIAS PIMENTEL DE SOUSA**  
Advogado OAB/PA 35769